

DAS HIPÓTESES ÀS PROPOSIÇÕES: DESVENDANDO CONCEITOS E FORMULAÇÕES

VANIA REGINA MORÁS

Doutoranda em Ciências Contábeis e Administração

Universidade Regional de Blumenau – FURB

vaniar.moras@gmail.com

Resumo

As ciências sociais é uma das formas de se obter acesso ao conhecimento. Assim, definir uma abordagem teórica que direcione uma pesquisa no campo das ciências sociais é um desafio para os pesquisadores. Deste modo, o presente ensaio teórico tem como objetivo abordar as proposições e hipóteses, no que tange os conceitos e formulações, abordando os desafios e as dificuldades encontradas nas ciências sociais. Portanto, este estudo permite ao investigador, adquirir e inteirar-se às finalidades tanto das proposições como das hipóteses e identificar o seu devido uso no desenvolvimento das pesquisas científicas. Cabe ressaltar que não tem como finalidade descaracterizar o uso de um ou outro tipo e, sim ao contrário discutir as possíveis aplicações em favor da construção de uma pesquisa que se quer coerente e adequada. Esse estudo possibilita ao investigador conhecer e optar pela formulação de suas pesquisas por meio de hipóteses ou proposições, portanto é necessário, que o investigador esteja consciente de suas possibilidades, limites e implicações pela escolha. Conclui-se que não existe um consenso entre os autores sobre um único conceito para hipótese e um único conceito para proposição. Mas sim, vários conceitos que se assemelham ao tocante do objetivo e propósito final das hipóteses e proposições quanto a pesquisa. Por fim, ao considerar a abordagem epistemológica das pesquisas nas ciências sociais, as hipóteses tendem a serem desenvolvidas em pesquisas positivistas e caracterizam-se por declarações mais concretas e operacionais, e são construídas a partir de variáveis específicas. Enquanto, as proposições tendem a ser desenvolvidas em pesquisas anti-positivistas com abordagem qualitativas, tendem a ser mais abstratas e abrangentes, desenvolvidos a partir de constructos.

Palavras-chave: Proposições. Hipóteses. Pesquisa. Ciências Sociais.

1. INTRODUÇÃO

Definir uma abordagem teórica que direcione uma pesquisa no campo das ciências sociais é um desafio para os pesquisadores. O investigador pode ter suas preferências teóricas, porém, muitas vezes, o objetivo do estudo direciona a um foco diferente da pesquisa, o qual demanda um maior poder de explicação (Minayo *et al.*, 2003).

Deste modo, as ciências sociais é uma das formas de se obter acesso ao conhecimento, pois ela procura oferecer explicações acerca de um fenômeno, mas não é dogma, logo é discutível (Vergara, 2013). As ciências sociais é um processo permanente de busca pela verdade, de sinalização sistemática, de erros e correções (Minayo *et al.*, 2003; Vergara, 2013). É também, uma construção que revela nossas suposições acerca do que se está construindo (Burrell & Morgan, 1979).

Assim, as pesquisas nas ciências sociais são definidas por percursos científicos como ruptura, construção e constatação (Kuhn, 1975). A ruptura é precisamente o momento inicial de ganhar distância em relação ao que parece evidente. Trata-se de uma condição para se passar a novas construções conceituais, à exploração de novas interrogações, suposições e hipóteses orientadoras de caminhos críticos de pesquisa, bem como ao teste e validação de resultados (Almeida, 2007; Beuren *et al.*, 2009).

A visão da ciência social, positivista transformada ao longo dos anos em pós-positivista, concentra-se nos esforços para verificar ou falsificar hipóteses *a priori* (Guba & Lincoln, 1994). Assis (1993) destaca que o método científico distingue a ciência social de todas as outras atividades humanas. Portanto, a investigação científica caracteriza-se por um ato de construção, onde cada elemento envolvido contribui para o desenvolvimento das proposições e hipóteses (Fachin, 2006; Almeida, 2007).

Deste modo, a discussão sobre metodologia de pesquisa nas ciências sociais e seu papel nas investigações científicas é importante para garantir e alcançar os objetivos traçados em uma pesquisa (Madeira *et al.*, 2011). Nas sociedades complexas, as contribuições trazidas pelo método científico, são definidas por funcionar como *input's* para a criatividade dos pesquisadores em intervir na realidade (Landim *et al.*, 2012).

Segundo Popper (1975), toda discussão científica deve surgir com base em um problema ao qual deve oferecer uma solução provisória. O problema surge devido a conflitos entre teorias existentes. A solução deve ser submetida ao teste de falseamento, por meio da observação ou experimentação.

Deste modo, diante de problemas, ou na tentativa de explicar fatos, os pesquisadores são confrontados com a tarefa de utilizar o conhecimento histórico para verificar proposições ou testar hipóteses (Snyder & Cantor, 1979). Assim, o desenvolvimento de um problema de pesquisa, objetivos, hipóteses e proposições, são essenciais e necessários para produzir resultados relevantes a serem usados na prática baseada em evidências (Farrugia *et al.*, 2010).

Contudo, uma das primeiras decisões em qualquer pesquisa em ciências sociais é a unidade de análise de um estudo científico. Deste modo, a unidade de análise refere-se à objetos, organizações, países, indivíduos e outros que passa a ser alvo de investigação. Assim, definir a unidade de análise da pesquisa é de suma importância, pois por meio dela é possível definir quais serão os constructos ou variáveis da pesquisa, para determinar no caso dos constructos, as proposições, e no caso das variáveis, as hipóteses, seguido da coleta dos dados e local a serem coletados (Bhattacharjee, 2012).

Portanto, na pesquisa científica, os constructos devem ter definições precisas e claras para que o leitor possa entender exatamente o que significa (Bhattacharjee, 2012). Eles não são

diretamente observáveis, suas descrições são analíticas no âmbito de um sistema de proposições (Martins & Pelissaro, 2005). Já a variável é uma quantidade ou característica que pode variar, isto é, possuir diferentes valores numéricos, mensuráveis ou potencialmente mensuráveis (Fachin, 2006; Bhattacharjee, 2012; Köche, 2016). Assim, a relação entre dois ou mais constructos denomina-se proposição (Bacharach, 1989; Bhattacharjee, 2012). Enquanto, a relação entre duas ou mais variáveis denomina-se hipótese (Bacharach, 1989; Rauen, 2012).

Assim, o conhecimento obtido pela pesquisa é situado, vinculado a critérios de escolha e interpretação de dados, onde cada elemento envolvido não é apenas mais uma informação, mas que contribui decisivamente para o desenvolvimento das respostas sob as proposições e hipóteses elaboradas (Assis, 1993).

Segundo Quivy e Campenhoudt (1998), as hipóteses apontam o caminho da procura, ou seja, fornece um fio condutor para investigação propiciando o fornecimento de critério para a coleta dos dados, e a confrontação dos resultados com a realidade. Por outro lado, uma proposição só tem direito ao estatuto científico na medida em que pode ser verificada pelos fatos.

No decorrer da pesquisa, as hipóteses e proposições passam por dois processos necessários, a formulação e o seu teste, com o objetivo de encontrar soluções para o estudo em questão. Elas poderão ser comprovadas ou refutadas, porém, mesmo refutadas podem auxiliar na decisão dos problemas estudados (Fachin, 2006).

Portanto, diante do exposto, o presente ensaio teórico tem como argumento central destacar é trazer conceitos e formulações sobre hipóteses e proposições sobre o ponto de vista de diferentes autores, e abordagens. Para tanto, infere-se a importância do investigador em conhecer mais sobre esta temática, a fim de direcionar suas pesquisas. Ressalte-se que não tem como finalidade distinguir entre o uso de hipóteses ou proposições na elaboração de pesquisas, mas sim possibilitar ao investigador conhecer e optar entre elas a melhor que se adequa ao seu tipo de pesquisa, consciente de seus limites e implicações.

A justificativa do presente estudo se dá na sua própria construção, baseada na ideia de que o conhecimento está em desenvolvimento e requer reflexões profundas. Deste modo, uma ruptura epistemológica, não é somente uma mudança de paradigma, mas também o próprio conhecimento daquilo que o pesquisador crê, de onde vem suas escolhas, suas opções e onde está se posicionando epistemologicamente (Burrell & Morgan, 1979). Partindo deste pressuposto, percebe-se que a definição do objetivo é um momento difícil que se prolonga ao longo do tempo de levantamento de hipóteses e proposições acerca do tema pesquisado.

Por fim, a epistemologia é o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das ciências. Deste modo, a tarefa principal da epistemologia se dá na reconstrução racional do conhecimento científico em conhecer e analisar os processos das ciências (Bunge, 1980). O primeiro passo a ser dado em uma pesquisa científica é a formulação clara de um problema, seguido da construção de hipóteses ou proposições (Gil, 2008).

Este estudo baseia-se em um ensaio teórico. Deste modo, tem uma perspectiva diferente de estudos tradicionais, ao invés da questão problema, do objetivo, da justificativa, da fundamentação teórica, da metodologia, da coleta e análise dos dados e da conclusão, neste, têm-se uma estrutura desconstruída, não contendo a lógica tradicional exposta, mas sim ideias que possuem pretensão de explorar respostas e asserções, que visa a realização de reflexões mais profundas (Meneghetti, 2011). Neste sentido, o texto segue descrevendo sobre a conceituação e formulação das hipóteses e proposições, após o contraponto dessas duas abordagens, e por fim, as considerações finais, seguida das referências.

CONCEITUANDO E FORMULANDO HIPÓTESES

Ao se tratar de conhecimento científico, os problemas podem ter sua origem a partir de conflitos entre os resultados de observações ou experimentos, e as previsões de teorias, da incompatibilidade de duas teorias, ou até mesmo, de lacunas na teoria (Alves-Mazzotti & Gewandsznajder, 1999; Minayo, *et al.*, 2003).

Deste modo, a percepção de um problema leva o pesquisador ou cientista a formular hipóteses e realizar observações (Alves-Mazzotti & Gewandsznajder, 1999). É importante no desenvolvimento da pesquisa o apoio de hipóteses, pois ela tem como utilidade propor explicações a todo processo de investigação (Fachin, 2006).

Assim, muitas definições são propostas para o termo hipótese. Para Marconi e Lakatos (2011) e Serrano (2003) é o enunciado geral de relações entre duas ou mais variáveis (fatos, fenômenos), formulada como solução provisória para determinado problema, que apresenta caráter explicativo ou preditivo, compatível com o conhecimento científico, tendo consistência lógica e passível de verificação empírica.

São conjecturas, palpites, soluções provisórias, que buscam resolver determinado problema ou explicar um fato, porém, um mesmo fato pode ser explicado por várias hipóteses ou diferentes teorias. Assim, a partir das hipóteses, o cientista deduz uma série de conclusões ou previsões que serão testadas (Alves-Mazzotti & Gewandsznajder, 1999; Bravo, 2003; Fachin, 2006).

É uma proposição que pode ser colocada à prova para determinar sua validade, ou seja, é uma suposta resposta ao problema que será investigado (Goode & Hatt, 1969). Ela pode ser aceita ou refutada somente depois de devidamente testada (Fachin, 2006).

O papel fundamental das hipóteses na pesquisa é sugerir explicações para os fatos, as quais são consideradas como solução para o problema. Elas podem ser verdadeiras ou falsas, após elaboradas conduzem à verificação empírica e atendem ao propósito da pesquisa (Chartier, 1991; Gil, 2008; Zanella, 2009).

Triviños (1987) e Bravo (2003) descrevem que a hipótese surge após a formulação do problema, assim, o investigador vislumbra prováveis soluções. Quivy e Campenhoudt (1998) argumentam que é uma resposta provisória a uma pergunta. Para Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999) as hipóteses afirmam relações esperadas. No entanto, Beuren *et al.*, (2009) afirma que não existe regras ou normas específicas para elaboração das hipóteses, pois é um processo de natureza criativa. Enquanto Quivy e Campenhoudt, (1998) e Creswell, (2010) pressupõem que na sua formulação, a hipótese deve ser expressa sob uma forma observável.

Deste modo, as hipóteses possuem suas origens nas mais diversas fontes e um procedimento fundamental na formulação das mesmas, se dá por meio da observação dos fatos ou de pesquisas já realizadas (Gil, 2008; Beuren *et al.*, 2009). As relações entre fatos no dia-a-dia fornecem os indícios para a solução dos problemas propostos pela ciência (Gil, 2008). Também, pode-se formular hipótese a partir de teorias já existentes ou ser derivadas de palpites ou intuição do investigador, vários são os casos de hipóteses desse tipo que conduziram a descobertas importantes. Porém, torna-se difícil avaliar *a priori* a qualidade dessas hipóteses (Gil, 2008; Beuren *et al.*, 2009; Creswell, 2010).

Para Serrano (2003) hipóteses são componentes essenciais que orientam a pesquisa científica, vinculando a teoria ao processo, gerando novas descobertas e contribuições científicas. Conforme Beuren *et al.*, (2009), a hipótese deve ser uma proposta favorável a interrogativa colocada pelo investigador, ou seja, toda hipótese que parte de uma teoria ou de

um conjunto de conceitos deve ser possível de comprovação. Minayo *et al.*, (2003) destacam que as hipóteses oriundas de teorias, proporcionam uma ligação mais clara com uma ampla gama de conhecimentos no campo das ciências sociais.

Vergara (2013) argumenta que a formulação de hipóteses decorrentes dos resultados de outra pesquisa conduz a conclusões mais amplas. Deste modo, a medida que as hipóteses se baseiam em estudos anteriores e já foram confirmadas, este resultado demonstra que a relação se repete regularmente, aumentando o grau de confiabilidade.

As hipóteses podem levar o investigador a resposta correta do problema, mas também, podem demonstrar-se insustentáveis. Portanto, é necessário a continua formulação e sua comprovação mediante a observação, experiência e prática na resolução dos problemas (Serrano, 2003).

Em suas pesquisas, os investigadores, elaboram uma relação de hipóteses, porém nem todas as hipóteses são testáveis, deste modo, essas hipóteses são descartadas (Good & Hatt, 1969). Assim, para que uma hipótese pode ser considerada logicamente aceitável, deve apresentar determinadas características. Deste modo, Good e Hatt (1969), mencionam alguns requisitos mediante os quais é possível decidir acerca da testabilidade das hipóteses:

- a) Deve ser conceitualmente clara: os conceitos nas hipóteses, principalmente sobre as variáveis, devem ser claramente definidos.
- b) Deve ser específica: muitas hipóteses são conceitualmente claras, mas envolvem muitos conceitos tão amplos que sua operacionalização se torna difícil.
- c) Deve ter referências empíricas: as hipóteses que envolvem julgamento de valor não podem ser adequadamente testadas.
- d) Deve ser parcimoniosa: uma hipótese simples é sempre preferível a uma mais complexa, desde que tenha o mesmo poder explicativo.
- e) Deve estar relacionada com as técnicas disponíveis: nem sempre uma hipótese teoricamente bem elaborada pode ser testada empiricamente. É necessário que haja técnicas adequadas para a coleta dos dados exigidos para o seu teste.
- f) Deve estar relacionada com uma teoria: as hipóteses elaboradas sem qualquer vinculação às teorias existentes não possibilitam a generalização dos resultados, porém em muitas pesquisas esse critério não é considerado.

Deste modo, verificada as características essenciais que a hipótese precisa conter, é necessário conhecer os tipos de hipóteses (Beuren *et al.*, 2009) Portanto, diferentes categorias de hipóteses são apresentadas na literatura das ciências sociais. Richardson (1999) destaca que as hipóteses podem ser formuladas de três maneiras:

- a) Hipóteses univariadas: são aquelas que apresentam apenas uma variável;
- b) Hipóteses multivariadas: apresentam ligação entre duas ou mais variáveis; e
- c) Hipóteses de relação casual: apresentam relação de causa e efeito entre as variáveis.

Porém, cabe ressaltar que demais autores, pode trazer outras categorias de hipóteses (Beuren *et al.*, 2009). Assim, elas são apresentadas de forma proposicional e submetidas a testes empíricos para comprova-las, deve-se ter o maior cuidado no momento dos testes, para que não venham acarretar algum viés nos resultados (Guba & Lincoln, 1994).

Portanto, a tentativa de resolver problemas por meio de hipóteses, as quais são testadas a partir de observações ou experimentos, denomina-se de método científico. Muitos filósofos concordam que há um método científico para testar criticamente e selecionar as melhores hipóteses e teorias (Alves-Mazzotti & Gewandsznajder, 1999).

Segundo Zanella (2009), o modelo de hipóteses representa um sistema de hipóteses articuladas entre si. Trata-se do método hipotético-indutivo que produz conceitos operatórios, hipóteses empíricas, e um modelo mimético. Enquanto, o método hipotético-dedutivo produz conceitos sistemáticos, hipóteses deduzidas e um modelo teórico. Deste modo, o primeiro modelo é descritivo, enquanto o segundo é explicativo.

Segundo Snyder e Cantor (1979), o processo de testar uma hipótese tem um impacto considerável no destino final da hipótese. Para Fachin (2006), é a forma ativa da prova dos dados, visando a sua comprovação ou refutação, assim, as hipóteses, devem ser submetidas à testagem aprovada ou não pelos fatos coletados.

Uma hipótese pode ser testada, a partir do momento que existe a possibilidade de ser verdadeira ou falsa, por meio da análise dos dados. Deste modo, para ser refutável, uma hipótese deve ter caráter de generalidade, ou se admitir enunciados contrários suscetíveis de verificação (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Conforme Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (1999), uma hipótese contém previsões sobre o que deverá acontecer em determinadas condições, se o cientista fizer uma experiência e obter o resultado proposto pela hipótese, a mesma será aceita ou aceita provisoriamente, se os resultados forem contrários a hipótese será considerada falsa e outra hipótese deverá ser elaborada e testada. Deste modo, é fundamental que as hipóteses sejam testadas experimentalmente, por meio, dos testes mais severos possíveis. Para tanto, deve-se utilizar medidas ou testes estatísticos.

Portanto, verifica-se que a hipótese tem a função de dirigir o trabalho do cientista, auxiliando na escolha do método a ser aplicado, em como prosseguir a pesquisa para alcançar o objetivo final, além de coordenar os fatos já conhecidos, ordenando os materiais acumulados pela observação (Marconi & Lakatos, 2011).

Por fim, de modo geral, pode-se dizer então que a partir da observação de um problema e da posse dos conhecimentos da área específica do estudo, fundamentam-se as hipóteses, as quais servem de diretrizes para a pesquisa científica. A mesma está ligada ao problema de pesquisa e correlacionada com as variáveis de estudo, estabelecendo-se união entre a teoria, a realidade científica e a investigação (Fachin, 2006).

CONCEITUANDO E FORMULANDO PROPOSIÇÕES

Ao desenvolver suas investigações, os pesquisadores, apoiam-se numa plataforma de proposições teóricas que auxiliam na coleta e análise dos dados, e eventos que venham a ocorrer durante as investigações (Martins, 2008).

Para Bhattacharjee (2012), proposições são associações postuladas entre constructos baseados em lógica dedutiva. São estabelecidas de forma declarativa, indicando uma relação de causa e efeito. As proposições podem ser conjecturais, mas devem ser testáveis, e rejeitadas caso não forem apoiadas por observações empíricas (Steup, Turri & Sosa, 2013).

Deslandes *et al.*, (1994) argumenta que as proposições são declarações afirmativas sobre fatos ou fenômenos, são construções lógicas. Para Bauer e Gaskell (2002) as proposições são afirmações que contém estrutura, são apresentadas como o resultado de um argumento apoiado por fatos.

Bhattacharjee (2012) descreve uma proposição como uma relação tentativa e conjectural entre constructos que é estabelecida de forma declarativa. Por exemplo, um aumento na inteligência estudantil provoca um aumento em sua realização acadêmica. Assim, essa

declarativa, não precisa ser verdadeira, porém precisa ser testada para que seja julgada se é verdadeira ou não.

Para Assis (1993), somente proposições falseáveis são científicas, pois há possibilidade de verificar o quão ela pode ser verdadeira ou não. O objetivo em acreditar em proposições verdadeiras, é um objetivo indefinido ou indeterminado, pois é vago sobre quanto da verdade está sendo observada e testada (Steup, Turri & Sosa, 2013).

Para Bressan (2000), proposições se referem ao que será tratado dentro do escopo do trabalho e sua definição auxilia na decisão de onde encontrar evidências relevantes. Deste modo, as proposições auxiliam o pesquisador a manter o foco e estabelecer critérios para selecionar os dados, também ajudam na organização da pesquisa (Yin, 1981; Bressan, 2000).

Na ausência das proposições, um investigador pode sentir-se estar coletando tudo o que é impossível de ser investigado (Yin, 1981). Deste modo, com a elaboração das proposições, o investigador estabelece qual é o propósito da pesquisa e define os critérios pelos quais a mesma será investigada com o intuito de obter sucesso em sua análise (Bressan, 2000).

Conforme Yin (1981), geralmente as pesquisas iniciam com um quadro conceitual, o qual deve ser organizado em torno de proposições com flexibilidade de mudar esses tópicos na medida em que a análise avança.

No entanto, Teixeira (2003) enfatiza a importância da teoria para o estabelecimento de generalizações empíricas e sistemas de relações entre proposições. Rychlak (1993) defende uma complementaridade entre as teorias, onde o método é um meio pelo qual as proposições teóricas buscam evidências lógicas, empíricas e *insights* necessários na interpretação.

Minayo *et al.*, (2003) argumentam que teorias envolvem, de forma geral, proposições que englobam no seu âmbito todo o universo de objetos ou processos de determinados tipos. Deste modo, essas proposições provocam um problema epistemológico importante.

Bhattacharjee (2012) menciona que se o propósito de uma proposição é comunicar a relação entre dois ou mais constructos, então, o único critério operacional que esses constructos devem satisfazer e que tenham clareza e descrição. Conforme Deslandes *et al.*, (1994), as proposições devem possuir as seguintes características:

- a) Serem capazes de sugerir questões reais;
- b) Serem inteligíveis; e
- c) Representarem relações abstratas entre coisas, fatos, fenômenos ou processos.

Deste modo, as formulações das proposições baseadas na pesquisa empírica, em qualquer área, devem ir além de mera conjectura ou intuição. É necessário evidências que de suporte as proposições elaboradas (Bauer & Gaskell, 2002).

Conforme Madeira *et al.*, (2011), a formulação de uma proposição, será um enunciado de forma proposicional que representa uma sentença declarativa simples de atribuição de um predicado a um sujeito. Deste modo, as proposições manifestam conceitos aplicados a determinados sujeitos, que expressam qualquer sistema de conhecimentos, crenças ou opiniões.

Conforme Bauer e Gaskell (2002), a argumentação fundamentada é um ato importante na formulação das proposições. Ao formular uma proposição é essencial que o problema de pesquisa esteja bem definido, pois por meio deste problema é possível descrever as proposições (Deslandes *et al.*, 1994).

Segundo Bhattacharjee (2012), as proposições, podem ser derivadas baseadas em lógica (dedução) ou observações empíricas (indução). Deste modo, as proposições podem ser oriundas de problemas observados pelo investigador e que ainda não foram solucionados anteriormente, de lacunas existentes oriundas de teorias e da própria intuição do pesquisador.

Por fim, após sua formulação as proposições também devem ser testadas, no intuito de analisar a veracidade das afirmações, o quanto elas responderam ao problema de pesquisa proposto.

CONTRAPONDO AS ABORDAGENS

Quando se trata de testagem e obter respostas aos problemas de pesquisas, determina-se as hipóteses e proposições. Deste modo, é importante distinguir as diferentes abordagens, para melhor entendimento, do ponto de vista dos autores.

Para Vergara (2013) tanto as hipóteses como as proposições são antecipações de resposta aos problemas. Deste modo, são elaboradas em forma de pergunta (hipótese) ou em forma de afirmação (proposição). Ambas são testadas, de modo que possam ser confirmadas ou refutadas.

Do ponto de vista de Creswell (2010), as proposições de pesquisa restringem a declaração de objetivo e se tornam indicações importantes para os leitores. No entanto, o autor argumenta que as hipóteses são previsões sobre as conclusões dos resultados e regidas como hipóteses alternativas ou nulas.

Um contraponto mais claro quanto a visão de hipóteses e proposições é mencionado por Bhattacharjee (2012), que argumenta em um nível mais abstrato que as proposições estabelecem as relações entre os constructos, e num nível mais concreto, as hipóteses derivadas das proposições, especificam as relações entre as variáveis.

Quanto a menção de Bhattacharjee (2012) sobre a derivação das hipóteses de proposições, tal menção também é discorrida pelos autores Gregory (1980) que determina que hipóteses podem ser vista como um conjunto de proposições, porém não a razão para limitar hipóteses a proposições expressas em linguagem; para Assis (1993) no momento de testar hipóteses, o que se testa realmente é um conjunto de proposições; Deslandes *et al.*, (1994) descreve que a proposição é uma hipótese comprovada; e Madeira *et al.*, (2011) expressa que a visão de teoria é a formação de um conjunto de proposições que trazem hipóteses ou informações acerca de determinados objetos de pesquisa.

Portanto, observa-se que que esses autores definem hipóteses e proposições como tendo a mesma representatividade numa pesquisa, porém cada autor define o seu próprio significado para as mesmas, porém verifica-se que não há um consenso entre os autores sobre o que realmente é hipótese ou proposição. Ao se tratar de hipótese e proposição, cabe ressaltar que existem autores que dão um tratamento e significado separadamente, para cada uma, conforme já mencionado anteriormente no decorrer do texto: Triviños (1987), Serrano (2003), Bravo (2003), Rauen (2012), Beuren *et al.*, (2009), Vergara (2013) entre outros.

Quanto a formulação das hipóteses e proposições, ambas podem ser oriundas de problemas observados pelo investigador e que ainda não foram solucionados anteriormente, de lacunas existentes oriundas de teorias e da própria intuição do pesquisador (Triviños, 1987; Bravo, 2003; Gil, 2008; Beuren *et al.*, 2009).

Conforme exposto por Bauer e Gaskell (2002) e Creswell (2010), de um lado, as proposições destacam-se nos estudos qualitativos: narrativos, etnografia, pesquisa-ação, estudo de caso, entre outros. Desta forma são construídas a partir de constructos abstratos, geralmente, os investigadores formulam uma questão central e várias subquestões, que iniciam com as palavras como ou oque, e utilizam verbos exploratórios, como explorar ou descrever. Formulam questões amplas e gerais para permitir aos participantes explicar suas ideias.

Contrapondo as argumentações de Bauer e Gaskell (2002) e Creswell (2010), por outro lado Beuren *et al.*, (2009), argumenta que as hipóteses se apresentam nas pesquisas

quantitativas, por meio de uma relação entre as variáveis, como solução provisória para um determinado problema, submetidas a testes estatísticos, pois as hipóteses pertencem ao campo dos estudos experimentais.

Portanto, observa-se que ambas são meras afirmações de relacionamento, porém as proposições são mais abstratas e abrangentes e relacionam construções mais abstratas umas às outras, enquanto, as hipóteses são as declarações mais concretas e operacionais desses relacionamentos, e são construídas a partir de variáveis específicas.

Por fim, ao considerar a abordagem epistemológica das pesquisas nas ciências sociais, com foco nos paradigmas de Burrell e Morgan (1979), pode-se descrever que as hipóteses tendem a serem desenvolvidas em pesquisas positivistas, com abordagem objetivista focadas no realismo, onde o mundo exterior ao indivíduo é feito de estruturas concretas, tangíveis e relativamente imutáveis, sendo que a realidade existe por si só independente da consciência humano. Enquanto, as proposições tendem a ser desenvolvidas em pesquisas anti-positivistas, com abordagens subjetivas focadas no nominalismo, onde a realidade é dada e construídas por nossas percepções e conceitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa constitui a busca e a investigação, movida pela necessidade de solucionar um determinado problema. Deste modo, apresentou-se o argumento central do ensaio teórico: destacar é trazer conceitos e formulações sobre hipóteses e proposições sobre o ponto de vista de diferentes autores, e abordagens.

Diante da investigação que está sendo desenvolvida, ou diante do problema de pesquisa exposto, considerando o ponto de vista epistemológico, o investigador deve verificar e definir por utilizar hipóteses ou proposições e suas pesquisas. Contudo, ao tomar essa decisão, é importante que o pesquisador tenha em mente a natureza prática, empírica e técnica para elaboração do trabalho, auxiliando na sua decisão.

No entanto, a partir das constatações realizadas, verificou-se que não existe um consenso entre os autores sobre um único conceito para hipótese e um único conceito para proposição. Mas sim, vários conceitos que se assemelham ao tocante do objetivo e propósito final das hipóteses e proposições quanto a pesquisa (Gil, 2008; Beuren *et al.*, 2009). Contudo, também se observou que existem autores, como Gregory (1980), Assis (1993), Deslandes *et al.*, (1994), Madeira *et al.*, (2011) e Bhattacharjee (2012), que tratam a hipótese oriunda de uma proposição, ou a proposição sendo uma hipótese. Portanto, destaca-se que não é possível definir um único conceito, pois existem as controvérsias, quanto a conceituação, entre os autores.

Portanto, ao considerar a abordagem epistemológica das pesquisas nas ciências sociais, as hipóteses tendem a serem desenvolvidas em pesquisas positivistas, com abordagem quantitativa, pois as hipóteses são as declarações mais concretas e operacionais, e são construídas a partir de variáveis específicas. Enquanto, as proposições tendem a ser desenvolvidas em pesquisas anti-positivistas, com abordagem qualitativas, tendem a ser mais abstratas e abrangentes, desenvolvidos a partir de constructos.

Assim, as pesquisas são carregadas de julgamentos, subjetivismo e impressões. Diante da conotação dada por Fachin (2006) da importância das hipóteses no desenvolvimento da pesquisa, pois ela tem como utilidade propor explicações a todo processo de investigação. Deste modo, a utilização das hipóteses na resolução dos problemas de pesquisa, dão uma sustentação aos resultados, quebrando o viés da falha e atendendo o objetivo final da pesquisa?

Por fim, as ciências sociais explicam os fenômenos organizacionais que a cada dia estão mais complexos, havendo a necessidade de um aprofundamento maior por parte das atuais pesquisas nos estudos anti-positivistas, pois ainda há amplo domínio das pesquisas com viés positivista.

Este ensaio teórico buscou abrandar e aprofundar o tema sobre hipótese e proposições, porém, cabe ressaltar que a limitação pertinente ao desenvolvimento da pesquisa se ateve as proposições, sobre as quais existem poucas pesquisas e publicações relacionadas ao tema. Portanto, sugere-se o desenvolvimento de mais pesquisas relacionadas a proposições, conceitos, formulações e sua posição nas ciências sociais, e também o desenvolvimento de pesquisa com viés anti-positivista.

Como reflexão final, fica as seguintes questões: Que critérios metodológicos e epistemológicos o investigador analisa para definir se irá utilizar somente hipótese ou somente proposição em sua pesquisa? É possível utilizar tanto hipótese quanto proposição numa única pesquisa? Considerando as colocações de autores como Gregory (1980), Assis (1993), Deslandes et al., (1994), Madeira et al., (2011) e Bhattacharjee (2012) sobre hipótese e proposições, é possível afirmar que hipótese é uma proposição e/ou proposição é uma hipótese?

REFERÊNCIAS

- Almeida, J. F. D. (2007). Velhos e novos aspectos da epistemologia das Ciências Sociais. *Sociologia, problemas e práticas*, (55), 11-24.
- Alves-Mazzotti, A. J. & Gewandszajder F. (1999). O método nas Ciências Naturais e Sociais. 2. ed. São Paulo: Pioneira.
- ASSIS, J. P. (1993). Kuhn e as ciências sociais. *Estudos avançados*, v. 7, n. 19, p. 133-164.
- Bauer, M. W., & Gaskell, G. (2012). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada.
- Bacharach, S. B. (1989). Organizational theories: Some criteria for evaluation. *Academy of management review*, 14(4), 496-515.
- Beuren, I.M. et al., (2009). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas.
- Bhattacharjee, A. (2012). **Social science research: Principles, methods, and practices**. 2. ed. University of South Florida. Florida (USA).
- Bunge, M. (1980). Epistemologia: curso de atualização. São Paulo: EDUSP.
- Burrell, G., & Morgan, G. (1979). Burrell, Gibson, and Gareth Morgan, *Sociological Paradigms and Organizational Analysis: Elements of the Sociology of Corporate Life*. London: Heinemann.
- Bravo, R. S. (2003). *Técnicas de investigación social: teoría y ejercicios*. 14. ed. Thomson Editores Spain.
- Bressan, F. (2000). O método do estudo de caso. *Administração on line*, 1(1), 1-13.
- Chartier, R. (1991). O mundo como representação. *Estudos avançados*, v. 5, n. 11, p. 173-191.
- Creswell, J. W. (2010). Mapeando o panorama em desenvolvimento da pesquisa de métodos mistos. *Manual SAGE de métodos mistos em pesquisa social e comportamental*. v. 2, p. 45-68.
- Deslandes, S. F.; Cruz Neto, O.; Gomes, R.; Minayo, M. C. S. (1994). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. In *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Fachin, O. (2006). *Fundamentos de metodologia*. 5. ed. Editora Saraiva. São Paulo.
- Farrugia, P., Petrisor, B. A., Farrokhyar, F., & Bhandari, M. (2010). Research questions, hypotheses and objectives. *Canadian Journal of Surgery*, 53(4), 278.

- Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. Editora Atlas AS.
- Goode, W. J. & Hatt, P. K. (1968). Métodos em pesquisa social. 2. ed. São Paulo. Ed. Nacional.
- Guba, E. G., & Lincoln, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. *Handbook of qualitative research*, 2(163-194), 105.
- Gregory, R. L. (1980). Perceptions as hypotheses. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London. B, Biological Sciences*, 290(1038), 181-197.
- Köche, J. C. (2016). Fundamentos de metodologia científica. Editora Vozes.
- Kuhn, T. S. (1975). A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva.
- Landim, F. L. P., Lourinho, L. A., Lira, R. C. M., & Santos, Z. M. S. A. (2012). Uma reflexão sobre as abordagens em pesquisa com ênfase na integração qualitativo-quantitativa. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, 19(1), 53-58.
- Madeira, A. B., Lopes, M., Giampaoli, V., & Silveira, J. A. (2011). Análise proposicional quantitativa aplicada à pesquisa em administração. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 51(4), 396-410.
- Marconi, M. A.; Lakatos, E. M. (2011). Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7 ed. São Paulo: Atlas.
- Martins, G. A., & Pelissaro, J. (2005). Sobre conceitos, definições e constructos nas Ciências Contábeis. *Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS*, 2(2).
- Martins, G. A. (2008). Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisa no Brasil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 2(2), 9-18.
- Meneghetti, F. K. (2011). O que é um ensaio-teórico? *RAC-Revista de Administração Contemporânea*, 15(2).
- Minayo, M. C. D. S., Assis, S. G. D., Deslandes, S. F., & Souza, E. R. D. (2003). Possibilidades e dificuldades nas relações entre ciências sociais e epidemiologia. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8, 97-107.
- Popper, K. R. (1975). *The rationality of scientific revolutions* (pp. 80-106).
- Quivy, R.; Campenhoudt, L. V. (1998). Manual de investigação em ciências sociais.
- Rauen, F. J. (2012). Pesquisa científica: discutindo a questão das variáveis. *SIMFOP: Santa Catarina*.
- Richardson, R. J. (1999). Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas.
- Rychlak, J. F. (1993). A suggested principle of complementarity for psychology: In theory, not method. *American Psychologist*, 48(9), 933.
- Snyder, M., & Cantor, N. (1979). Testing hypotheses about other people: The use of historical knowledge. *Journal of Experimental Social Psychology*, 15(4), 330-342.
- Serrano, P. J. (2003). Metodologia do ensino e da pesquisa jurídica: manual destinado a requalificação da atividade docente e da pesquisa científica nas universidades. Barueri, SP: Manole.
- Steup, Matthias., Turri, John., & Sosa, Ernest. (Eds.). (2013). *Contemporary debates in epistemology*. John Wiley & Sons.
- Teixeira, E. B. (2003). A análise de dados na pesquisa científica: importância e desafios em estudos organizacionais. *Desenvolvimento em questão*, 1(2), 177-201.
- Triviños, A. N. S. (1987). Introdução à pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 116-175.
- Vergara, S. C. (2000). Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 3. ed. São Paulo: Atlas.

Zanella, L. C. H. (2009). Metodologia de estudo e de pesquisa em administração. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC.

Yin, R. K. (1981). The case study crisis: Some answers. *Administrative science quarterly*, 26(1), 58-65.